

VERMELHO

Promotores e procuradores do Ministério Público do Estado de SP (MPE) estão com o pagamento das indenizações de férias não gozadas atrasados.

CONGELADO

O motivo seria um decreto de execução orçamentária do Estado de SP que congelou a revisão dos recebimentos planejados até abril.

MESA

O MPE diz que as negociações com o governo estão em andamento. “O decreto é uma referência que não impede as negociações até abril”, diz o subprocurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa.

Receita da União está superestimada, diz TCU

André Borges Adriana
Fernandes / BRASÍLIA

A receita prevista no Orçamento da União para este ano pode estar superestimada em R\$ 15,2 bilhões e provocar o descumprimento da meta fiscal. A estimativa foi feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que alertou a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso sobre esse risco de redução na arrecadação.

No processo relatado ontem, o ministro do TCU Bruno Dantas também alerta que o Judiciário poderá sofrer punição, caso não se enquadre no teto do gasto, que é o limitador previsto na Constituição do crescimento das despesas atrelado à inflação. Entre as punições estão a proibição de concessão de reajuste salarial, mudanças na estrutura de carreira

que levem a aumento de despesas e criação de auxílios, vantagens, bônus, entre outros benefícios.

Os órgãos que podem ser punidos são Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça do DF e Territórios e o Superior Tribunal Militar.

Na avaliação do TCU, a frustração da receita primária líquida, incluída na Lei Orçamentária, pode levar ao aumento do rombo das contas do governo federal, passando de R\$ 139 bilhões, que é a meta fiscal prevista neste ano, para R\$ 154,2 bilhões em 2019. Uma das dificuldades do governo com a previsão de receita é a arrecadação de R\$ 12 bilhões estimada com a venda da Eletrobrás.